

Política

SUCESSÃO

E ULYSSES ADERE AOS CINCO ANOS

Pela primeira vez, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse qual a sua posição pessoal a respeito do mandato de Sarney: quer os cinco anos. Ele admitiu isso ontem em Belo Horizonte, a primeira etapa de seu roteiro de visitas a governadores, com a finalidade de buscar um consenso em torno de pontos polêmicos, para apressar a Constituinte.

Em Belo Horizonte, onde se reuniu com o governador Newton Cardoso, Ulysses declarou que não fez uma opção pelo mandato que o presidente pediu, mas vai defendê-lo porque trata-se de "uma questão de oportunidade".

— Tenho dito que as eleições presidenciais devem ser feitas após os cinco anos do governo Sarney. Não há mudança nisso, apesar do reclamo da sociedade.

Ulysses Guimarães também disse respeitar as posições dos grupos peemedebistas que defendem quatro anos para o presidente José Sarney, mas garantiu que esses são "minoritários".

Na chegada a Belo Horizonte, Ulysses procurou diminuir o significado de sua visita a Newton Cardoso. Começou dizendo que lá apenas "abraçar um amigo". Mas logo em seguida admitiu que, sem o apoio dos governadores, não conseguiria apressar a votação do projeto de Constituição. "Temos que fazer um trabalho conjunto com os governadores, os prefeitos, os vereadores. Além disso, devemos garantir a unidade do PMDB nessa hora de decisão." Ulysses garantiu que sua pregação "é pelo entendimento", mas sobre a Constituinte faz uma ressalva: — A votação vai acontecer no plenário. É muito difícil fazer um prognóstico. Só a votação é que vai definir.

O que Ulysses quer, nessa sua peregrinação aos governadores, é a colaboração deles para elaborar a Constituição em pouco mais de dois meses. Na próxima semana, pretende ir a três Estados. Ontem falou em ir ao encontro de Alvaro Dias, do Paraná, Pedro Simon do Rio Grande do Sul e Pedro Ivo de Santa Catarina. E se ainda der tempo, ir ao Nordeste na semana que vem, já que a votação em plenário tem início dia 27. "Quero conversar com os governadores, agradecer o apoio e severidade nos trabalhos da Constituinte e pedir para que intensifiquem suas atividades para que a Constituição esteja pronta no prazo", disse Ulysses, ainda em Brasília, antes de embarcar para Belo Horizonte, onde Newton Cardoso o esperava para um jantar.

Simon contra o Centrão

Em Porto Alegre, o governador Pedro Simon deu uma entrevista à imprensa, depois de uma reunião com o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisciliano Viana, criticando o crescimento do Centrão e a desarticulação do PMDB: — O crescimento do Centrão é nocivo e a direção do PMDB deve articular-se para impedir seu avanço, antes que se torne um partido de centro-direita. Simon admite a importância das 317 assinaturas de adesão à emenda propondo mandato de cinco anos para o presidente Sarney: "O radicalismo de uma ala do PMDB acabou jogando os parlamentares ao centro para a direita, quando historicamente o centro tendia para esquerda. Temos agora de voltar a unir o partido para compor um novo partido parlamentar". Quem não tem dúvidas de que o mandato de cinco anos para o presidente Sarney "é o ideal para o País", é o ministro da Justiça, Paulo Brossard. Ele não se surpreendeu com o desempenho do Centrão na Constituinte e acredita que a nova Constituição "deverá ser muito parecida com a de 46".

Apesar de defender os cinco anos para Sarney, Brossard resolveu não arriscar nenhum palpite sobre o resultado final na votação do mandato.

O vice de Maluf

Já o ex-deputado e ex-presidente da Câmara, Flávio Marcellio, defensor do presidencialismo com o fortalecimento do poder Legislativo, defende a realização de eleições presidenciais no prazo desejado pelo povo — e tudo indica que deveria ser ainda neste ano —, disse Marcellio: — O povo deseja ver-se livre desse governo.

Marcellio mora em Brasília e tem-se mantido em silêncio há quase um ano, quando perdeu sua reeleição por apenas quatro votos. O político cearense, ainda filiado ao PDS, tem suas críticas: "Como é que um governo fraco e hesitante pode ter um tempo tão grande de duração de seu mandato, sem a consagração do voto popular ou mesmo o voto dos parlamentares? O ex-candidato a vice-presidente na chapa de Paulo Salim Maluf disse ainda que foi "muito discutível a posse de Sarney": "Quando Figueiredo abriu a boca e contou a história direitinho, de onde veio a intervenção para dar a posse a Sarney e não a Ulysses Guimarães, o povo vai tomar conhecimento de tudo isso. A meu ver, Ulysses cedeu — porque o direito era dele — porque não acreditou na morte de Tancredo Neves", disse Flávio Marcellio.



Com Lobão e Iansen: alegria e sorrisos.



Com os prefeitos: elogios e eloquência.

De braços abertos, muito sorridente, o presidente José Sarney recebeu ontem em seu gabinete o deputado Matheus Iansen (PMDB-PR), autor da emenda pelos cinco anos de mandato, levado ao Palácio do Planalto pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna. Em clima de festa, o presidente agradeceu "o reconhecimento e confiança" dos 317 constituintes que assinaram a emenda.

Além de Iansen e Sant'Anna, o senador Edison Lobão (PFL-MA) e os deputados Milton Reis (PMDB-MG) e Alexandre Puzina (PMDB-SC) garantiram ao presidente, durante a audiência, que a fixação do mandato de cinco anos "está tranquila" e a vitória será assegurada com uma margem de votos no plenário superior à coleta das assinaturas. Segundo Iansen, alguns parlamentares, cujos nomes não aparecem na lista dos assinantes, já fizeram declaração de voto ao "Centrão" em favor do mandato do presidente Sarney. Na sua avaliação, no plenário a emenda receberá 340 votos.

Muito à vontade depois da recepção

Alegria!

É Sarney recebendo quem propôs e lutou pelos cinco anos

oferecida por Sarney, Matheus Iansen e o senador Edison Lobão receberam assentos do lado direito e esquerdo, respectivamente, do presidente da República. E contaram com o início do processo de coleta de assinaturas durante o qual exigiram que os signatários assumissem o compromisso de reitterar, através de voto em plenário, o gesto favorável ao mandato de cinco anos.

Para o PT, campanha das diretas está ameaçada.

Diante das 317 assinaturas obtidas pelo "Centrão" para a emenda do deputado Matheus Iansen (PMDB-PR), que propõe o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, o presidente nacional do PT, deputado federal Olívio Dutra (RS), admite que "a campanha pelas eleições diretas em 1988 está ameaçada". Mesmo assim, a Executiva Nacional do PT reúne-se hoje e o Diretório Nacional amanhã e depois, tendo na pauta a campanha do deputado Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

O Diretório Nacional aprovou neste final de semana os nomes para as comissões que terão a incumbência de coordenar a campanha de Lula. Entre as comissões a serem criadas estão previstas a que elaborará o programa eleitoral, a que estruturará

a campanha propriamente dita e a que será a responsável pelas finanças.

— Sabemos que é difícil a aprovação do mandato de quatro anos no plenário da Constituinte. Mas estamos sentindo que amplos setores da população estão tendo clareza disso. A responsabilidade é de setores de esquerda, principalmente do PMDB, que se iludiram com os resultados da Comissão de Sistematização, sem levar em conta a necessidade de mobilização popular para pressionar a Constituinte — disse Dutra, ontem, ao JT.

O presidente do PT acusou também "o controle ideológico do aparelho de Estado, a capacidade de cooptação, o fisiologismo e o controle das verbas públicas pelo governo federal" como responsáveis pelo avanço da tese dos cinco anos e o enfraquecimento da

posição aprovada pela Comissão de Sistematização.

Olívio Dutra admitiu também a existência de um clima de desmobilização e indiferença por parte da população em relação ao mandato, embora pesquisas de opinião pública realizadas nas principais capitais mostrem que a maioria quer eleições presidenciais ainda este ano.

Exatamente por isso, o PT pretende conduzir a campanha eleitoral de Lula num crescendo, a partir de pequenos atos, como comícios relâmpagos, debates em entidades e sindicatos ligados ao partido. "O PT está colocando carvão nas caldeiras, esquentando as máquinas para se lançar com força total. Não queremos sair com atos grandiloquentes", explicou Olívio Dutra.

CAIADO: A DEFESA DO CENTRÃO.

O presidente nacional da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, apontou ontem o Centrão como capaz de contribuir de forma decisiva na defesa dos interesses da UDR na Constituinte, em termos de livre iniciativa, de direito de propriedade, de aumento dos direitos do cidadão e de restrição dos direitos do Estado.

"A Constituição é uma carta de princípios que não pode discutir uma política agrícola ou fundiária", ponderou. Mas o Centrão, "que congrega a maioria dos constituintes, hoje, conseguirá resgatar e impor normas democráticas, onde uma microminoria que compunha uma Comissão de Sistematização queria impor normas ditatoriais".

Caiado — que estava em Ourinhos, Interior de São Paulo, para uma palestra a produtores rurais — disse que o Centrão conseguiu resgatar os valores democráticos e trouxe para toda a sociedade um alento. "Um alento de sabermos que a opção do Brasil será pela livre iniciativa, respeito ao direito de propriedade, e que vai exigir que

todo cidadão cumpra sua função social, que trabalhe e produza." Acrescentou que as medidas preconizadas pelo Centrão irão reduzir a ação intervencionista do Estado.

Mandato e regime

Caiado defendeu uma discussão mais ampla para que se possa optar pelo regime que passará a vigorar após a promulgação da Constituição: presidencialismo ou parlamentarismo. "Não importa se o presidente é José Sarney ou outro. Se for o regime presidencialista o aprovado, seu mandato deverá ser de quatro anos; se for o parlamentarista, poderá variar entre seis ou sete anos, regime este e tempo de governo que são aceitos em todo o mundo. O que não podemos é que cada presidente deste país tenha um mandato variável, dependendo do bom ou mau humor dos políticos."

Segundo Caiado, se um presidente for bem aceito pela so-

cidade, ele dispõe de condições de pleitear a sua reeleição, ou então outros cargos políticos. "Tem todas as credenciais para retornar" — frisou.

Corrupção política

Sobre o grau de corrupção que campeia atualmente na classe política do Brasil, Caiado afirmou que não é de seu feitio generalizar. "Quando faço críticas a qualquer segmento da sociedade, sempre gosto de dar nomes às pessoas ou pelos menos identificá-las." Fez questão de dizer que nem todos os políticos são corruptos, lembrando que existem aqueles que possuem uma visão séria e de estado de espírito sobre inúmeros problemas.

"O que está acontecendo" — observou — "é que uma parcela significativa dos políticos da atualidade enfrenta esse grau de desgaste. Lembremo-nos, de um paciente a ser atendido em minha clínica particular, que ao ser interrogado sobre a situação

da agricultura e pecuária em seu município respondeu que, apesar de ter trabalhado quase que a vida inteira, atualmente não está tendo condições suficientes para o sustento da família, sendo obrigado a vender parte de seu patrimônio para sobreviver. O único que está ficando rico em minha cidade é o prefeito", respondeu.

Caiado lembrou ainda que "enquanto toda a sociedade brasileira está empobrecendo a cada dia, com sua cota de sacrifício, muitos políticos estão recebendo salários que chegam a nos agredir". Por isso, ele defende uma renovação dos nomes que serão eleitos em novembro deste ano. "Vão ter que abrir mão de seus subsídios ou parcela deles", arrematou. "Não podem viver nababescamente enquanto toda a sociedade está praticamente enforcada."

Lembrando que a UDR conseguiu superar barreiras que eram tidas como impenetráveis, afirmou que o grande anseio da classe produtora rural é pelo dia em que tiver um banco agrícola dando-lhe condições de gerenciar seus destinos.

Por fim, Sarney revela o motivo de sua luta.

"Nesta década, não há nenhum período que supere o meu governo em termos de crescimento para o Brasil." Com essa frase, o presidente José Sarney revelou ontem o motivo, segundo ele, de seu empenho para ficar cinco anos no poder. Ela foi pronunciada durante discurso de improviso, logo depois de receber o apoio de 59 prefeitos da região de Ribeirão Preto ao mandato de cinco anos.

Ainda entusiasmado com a visita de lideranças do Centrão, que previram "vitória tranquila" para os cinco anos, Sarney fez aos prefeitos um balanço de seu governo e criticou novamente os pessimistas, "os pregoeiros da desgraça e da catástrofe". Para ele, não há nenhuma razão para o povo "ficar lamentando, protestando, semeando a desesperança", diante de um crescimento de 21,7% registrado nos últimos três anos.

Em nome da comitiva de prefeitos, vereadores e empresários da região Mogiana, num total de 178 pessoas, falou o prefeito de Colina, Antônio Assad Daher, afirmando ser o desejo de todos que Sarney tenha tempo de executar seus programas, "ficando o tempo necessário, de cinco anos, à frente do governo".

A declaração de Daher arrancou aplausos, mas entre os prefeitos o apoio aos cinco anos não era consenso. O de Batatais, Geraldo Marinho, por exemplo, disse que não constava do programa da comitiva nenhuma posição oficial sobre o mandato de Sarney, embora pessoalmente ele concorde com os cinco anos. O prefeito de Orliândia, Pedro Bordin Neto, disse não ter ainda formado opinião sobre o assunto, no aguardo de uma decisão da Constituinte. Mais incisivo, no entanto, o de Sertãozinho, Joaquim Ademar Marques, afirmou: "Prefeito não vota".

A comitiva chegou a Brasília num trem especial, batizado de "caravana da esperança", fretado por Cr\$ 1,2 milhão, valor rateado entre os 59 municípios. A frente da comitiva estava o deputado João Cunha (PMDB-SP), ardeando sua candidatura a prefeito de Ribeirão Preto e fazendo um longo discurso de louvação a Sarney e seu governo, o que provocou elogios presidenciais. "Infelizmente, v. excia. e todos nós fomos traídos pelas ambições de poucos", disse o deputado ao abordar os frequentes fracassos na condução da economia, acrescentando que o PMDB "perdeu-se na disputa de cargos e funções".

Os prefeitos reivindicaram a Sarney a redução dos juros, a renegociação da dívida das pequenas empresas, o restabelecimento dos dois turnos para a jornada dos bancos e isenção de impostos para carros a álcool destinados a motoristas de táxi.



Rio: polícia na rua.

VIAGEM CANCELADA

Convencido de que o ônus político provocado pelo forte esquema policial para garantir sua segurança não compensaria, o presidente Sarney desistiu ontem pela manhã de ir ao Rio de Janeiro para participar da cerimônia de casamento da filha do senador Álvaro Pacheco

(PFL-RJ), às 20h, na igreja do largo de São Francisco. Segundo fontes do Palácio do Planalto, o presidente foi alertado para o fato de que não deveria se expor viajando para o Rio de Janeiro se servindo

de um forte esquema de segurança, que estaria inclusive prejudicando os moradores que se utilizam do terminal de ônibus no largo São Francisco. Havia informações também de que o governador Moreira Franco estava fazendo "vista grossa" para as manifestações que simpatizantes do PDT e da CUT estavam preparando.

Assinar é uma coisa. Votar é outra.

Carlos Chagas

população, o que exprime a segunda preocupação de Sarney para os dois anos que possivelmente lhe restarão de mandato, conforme as informações de ontem.

Há um terceiro componente nessa análise a que o governo se dedica desde o início da semana, mas que os assessores presidenciais não referem: será preciso uma recomposição do Ministério, coincidindo, no máximo, com a promulgação da nova Carta, mas de preferência, a acontecer antes, já que continua uma incógnita a data em que deputados e senadores terminarão os trabalhos constituintes. O assunto é dos mais falados nos corredores palacianos. Aníbal Teixeira está de malas prontas para deixar de ser ministro. Ronaldo Costa Couto seria o elemento ideal para chefiar o Planejamento, mas há, na equação, que não descuidar de um componente chamado São Paulo. Pela primeira vez, há muito tempo, e descontado o período Ernesto Geisel, o Estado mais poderoso da Federação está fora do Ministério da Fazenda e do comando da política econômica. Matilson da Nóbrega é paraibano. O governador Orestes Quéricia deu sinal desse vazio, podendo, assim, ser um paulista o sucessor de Aníbal Teixeira. Até

que o presidente Sarney gostaria de trazer de novo João Sayad, mas a hipótese parece fora de propósito. Existe a alternativa de se dar a São Paulo o Ministério da Indústria e Comércio, no caso da dispensa, a pedido, de José Hugo Castello Branco, no bojo da reforma que não deve tardar. E cedo para alinhar ministros postos na linha de fogo, à exceção, também, de Almir Pazzianotto, do Trabalho, que sairá por desejo próprio, para candidatar-se à Prefeitura de São Paulo. O que Sarney começa a promover, agora, é uma espécie de exame amplo da situação, desvinculado de condicionamentos partidários. Poderá muito bem reduzir a presença do PMDB no Ministério, sem que, necessariamente, se veja obrigado a aumentar os espaços do PFL. Selecionaria entre políticos e não políticos os que melhor se amoldassem ao novo modelo de governo.

Mas não é apenas no Executivo que a perspectiva dos cinco anos determina novas formulações e raciocínios. Nos partidos, registra-se o início de uma outra fase de especulações. A sucessão presidencial, realizando-se este ano, já tinha os prováveis candidatos, de Ulysses Guimarães a Aureliano Chaves, de Leo-

nel Brizola a Luís Inácio da Silva e a Antônio Ermírio de Moraes. Os cinco anos mudam muita coisa. Abrem, para começar, possibilidades consideráveis ao governador de São Paulo, Orestes Quéricia, fazendo, por isso, catrem as cotações de Ulysses Guimarães, no âmbito do PMDB. Alvaro Dias, governador do Paraná, também cresce como alternativa, admitindo-se que se a hora será dos governadores, Waldir Pires também pode ser considerado. Mas é inegável que o tempo favorecerá Quéricia, pelo domínio da máquina peemedebista.

O PFL ficará satisfeito em ganhar tempo, capaz de consolidar ou de afastar definitivamente as possibilidades de Aureliano Chaves. Leonel Brizola sofrerá um choque com o adiamento, mas a Luís Inácio da Silva pouco importa se as eleições se realizem em 88 ou 89. Antônio Ermírio de Moraes talvez se beneficie.

Essas projeções sucessórias estão sendo feitas por ministros e líderes partidários, apesar de ninguém ter a certeza plena da aprovação da emenda dos cinco anos. Mas, como dizia o ministro Aluizio Alves, quem assinou as propostas de Edison Lobão e de Matheus Iansen o fez com o compromisso também de votar.

CONCURSO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Escrit. básico. Curso Preparatório Apostilado. Turmas Regulares. R. Pedro de Toledo, 159 (prox. Metrô Sta. Cruz). F. 571-1369

SÓ OS VITRAIS AUTÊNTICOS PROPORCIONAM ÀS IGREJAS AMBIENTES PROPÍCIOS À ORAÇÃO

É FÁCIL ADQUIRI-LOS: PEÇA PROJETOS E ORÇAMENTOS PELO TELEFONE: (011) 287-5174

CONRADO - VITRAIS E CRISTAIS LTDA

PIONEIROS NA ARTE DO VITRAL

Assinar não é votar, principalmente em política, mas como os ventos, hoje, sopram em favor da aprovação da emenda pelos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, cálculos e projeções começam a ser feitos na Presidência da República e nos partidos. Porque muda tudo, caso confirmada a reviravolta na Assembleia Nacional Constituinte.

No começo desta semana, no palácio da Alvorada, quando resolveu despachar três vezes por semana, Sarney reuniu-se com os chefes dos gabinetes Civil, Militar e do SNI. O que fazer, ou melhor, como conduzir o governo, nos próximos dois anos e dois meses, passou a questão maior. O presidente comentou com seus auxiliares que para quem detém o poder, dispõe do Diário Oficial e de uma estrutura de ação, como ele, além da experiência dos últimos três anos, o momento é preciso. Pretende dedicar-se prioritariamente à administração, dentro de duas grandes metas: recompor a economia, ainda que de maneira lenta e gradativa, e, ao mesmo tempo, intensificar realizações no campo social. Disporá, agora, do tempo necessário à colheita de resultados possíveis, o que dificilmente acontecerá caso tivesse

apenas mais um ano de mandato. Solicitou de Ronaldo Costa Couto uma análise pormenorizada dos efeitos, em dois anos, de uma política econômica realista, onde o papel do Estado refúgio e as leis do mercado voltam a predominar, inclusive em nossas relações no setor internacional. Esses propósitos já foram referidos pelo novo ministro da Fazenda, Matilson da Nóbrega, mas se tudo leva a crer que o período será de cinco anos, ampliam-se bastante suas perspectivas. Acresce serem esses os postulados defendidos pelo Centrão, na Assembleia Nacional Constituinte. As fantasias estatísticas e as limitações da atividade econômica privada estão em vias de ser extirpadas do projeto de nova Constituição, o que contribuirá para o estabelecimento de um clima de maior confiança, interno e externo. A oportunidade também favorece a contenção dos gastos públicos e, como resultado, a estabilização e até o refluxo dos níveis mensais de inflação.

O programa de ação governamental preparado no fim de 1987 pelo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, será implementado naquilo que mais de perto beneficiar as camadas menos favorecidas da